



**ANA MARIA CAMPOS**  
anacampos.df@dabr.com.br



## Condenado e sem anistia

Ao estabelecer a pena do colaborador do processo sobre a trama golpista, o ministro Alexandre de Moraes fez questão de ressaltar que, apesar da delação premiada, o major Mauro Cid não poderia ser beneficiado com o perdão judicial a ser concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o relator do caso, em crimes contra a democracia não há possibilidade de concessão de nenhum tipo de clemência. Sem perdão judicial, sem indulto pelo presidente da República e sem anistia pelo Congresso. Aviso aos defensores de uma saída para o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses.



### Poderia ser pior

Pelas contas do ministro Flávio Dino, a pena de Jair Bolsonaro chegaria a 31 anos. Mas ele decidiu seguir o voto de Alexandre de Moraes na dosimetria da pena.



### Benefício

O colaborador Mauro Cid teve realmente uma delação premiada. A pena final foi de dois anos de reclusão em regime aberto. Não vai para a cadeia.

### Simbolismo

É emblemático que a única mulher do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, tenha dado o voto que garantiu a maioria para a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro.

### Palavra aberta

Pareceu uma resposta ao ministro Luiz Fux — que pediu para não ser interrompido nas mais de 13 horas de voto — o pedido de aparte ontem do ministro Flávio Dino à ministra Cármen Lúcia. Ela respondeu prontamente que autorizaria todos os comentários. “Sou da prosa”, disse. Mas ressaltou que as mulheres demoraram 2 mil anos para falar, e ela queria tempo para se manifestar.

“Por mais que se cuide de produzir vacinas constitucionais e legais pra se imunizar a sociedade de aventuras ditatoriais, em nenhum lugar do mundo se tem imunidade absoluta contra o vírus do autoritarismo”

Ministra Cármen Lúcia, do STF

“Carmem Lúcia não individualiza uma única conduta de ninguém, não cita uma prova de absolutamente nada. Pessoas que não se conhecem e nunca se falaram passaram a integrar uma organização criminosa. Discurso virou prova de premeditação. Narrativas viraram fundamento jurídico. Suprema perseguição. Querem matar Bolsonaro”

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



### Contra a violência

Uma estagiária da Câmara Legislativa foi afastada ontem por ter postado uma mensagem de violência depois da sessão de julgamento da trama golpista da última quarta-feira. Ela escreveu: “O Fux tem que morrer”. O deputado Robério Negreiros (PSD), quarto secretário da Casa, pediu providências e foi atendido.



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**INVESTIGAÇÃO /** O MPDFT deflagrou a segunda fase da operação que apura um esquema de fraude na Secretaria de Esporte do DF, envolvendo crimes como peculato, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro

# Desvio de recursos no Esporte

» DAVI CRUZ  
» LETÍCIA MOUHAMAD

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) investiga um esquema de desvio de recursos públicos, por meio de termos de fomento simulados firmados entre a Secretaria de Esporte e Lazer (SEL-DF) e a Associação Centro-Oeste Jiu-Jitsu (COJJ) que, de acordo com o órgão, é uma entidade de fachada. A Vice-Procuradoria-Geral de Justiça e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPDFT cumpriram, ontem, 22 mandados de busca e apreensão no DF e em Goiás contra suspeitos de desviarem recursos públicos.

Entre os alvos das investigações estão a ex-secretária de Esportes, Giselle Ferreira — atualmente à frente da pasta da Mulher —, e o ex-deputado distrital Reginaldo Sardinha, hoje administrador do Sudoeste/Octogonal. Ontem, foram feitas buscas e apreensões no gabinete de Giselle, no anexo do Palácio do Buriti, e na sede da Administração Regional do Sudoeste/Octogonal, onde foram recolhidos computadores e documentos.

Peculato, corrupção ativa e passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro e fraudes em procedimentos administrativos são os principais crimes investigados. Segundo

as apurações, os elementos de prova colhidos na primeira fase da operação indicaram a possível existência de outros núcleos de atuação dentro da organização criminosa.

### Eventos suspeitos

De acordo com as investigações, a Associação Centro-Oeste Jiu-Jitsu (COJJ) era empregada de maneira formal nos procedimentos administrativos, com intuito de viabilizar o acesso aos recursos públicos, que eram desviados para custeio de eventos privados realizados pela então Federação Brasileira de Jiu-Jitsu Desportivo (FBJJJD).

Para isso, os investigados contavam com um conjunto de empresas que emitiam orçamentos, propostas e notas fiscais frias ou superfaturadas, para serem apresentados pela COJJ em procedimentos administrativos da SEL-DF e do então presidente da FBJJJD, Francisco Santoro.

Essa é a segunda fase da operação batizada de Armlock e teve o apoio da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e do Gaeco do Ministério Público de Goiás (MPGO). A primeira ocorreu em maio de 2023, quando o então subsecretário de Saúde Física

Reprodução



**Foram cumpridos 22 mandados de busca e apreensão no DF e em Goiás contra os suspeitos**

para o Servidor Público da Secretaria de Economia, Francisco Santoro, foi afastado cautelarmente de suas funções por decisão da Justiça e perdeu temporariamente a posição de conselheiro no Fundo de Apoio ao Esporte (Confae).

### Defesa

A secretária da Mulher, Giselle Ferreira, divulgou nota em que reafirma o compromisso com a transparência

e legalidade de todos os processos administrativos conduzidos durante sua passagem pela Secretaria de Esporte e Lazer, cargo que ocupou anteriormente de 2020 a 2022. Giselle reforçou seu compromisso com a transparência e a ética na gestão pública, princípios que sempre nortearam sua atuação. “A Secretária confia nos órgãos de controle e coloca-se inteiramente à disposição das autoridades competentes para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam

necessários, colaborando com total abertura e responsabilidade institucional”, informou em nota.

A Secretaria de Esporte e Lazer informou que acompanha o trabalho das autoridades competentes e está à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários: “A pasta reafirma seu compromisso com a transparência, a legalidade e a boa aplicação dos recursos públicos adotando medidas de governança e controle para garantir

o correto uso das parcerias e contratos celebrados”, disse.

Em nota, Reginaldo Sardinha declarou que não possui qualquer envolvimento com as supostas irregularidades apontadas na operação. “Quando no exercício do mandato eletivo de deputado distrital, destinei emendas parlamentares para dezenas de instituições que fomentavam o esporte e lazer no Distrito Federal. Após a indicação da emenda parlamentar, a execução e fiscalização cabe aos órgãos do executivo, sem a intervenção do parlamentar”, ressaltou.

A COJJ divulgou nota oficial em que lamenta a repercussão da segunda fase da Operação Armlock e reforça não possuir qualquer vínculo com a FBJJJD. Segundo a entidade, todos os cinco eventos realizados foram devidamente comprovados e tiveram as prestações de contas aprovadas. “Desconhecemos qualquer evento que tenha sido realizado para angariar recursos públicos. A COJJ possui muita responsabilidade com verbas públicas. Repudiamos toda e qualquer prática ilícita, até porque o esporte promove o compromisso com a ética e a verdade”, afirmou o comunicado.

A reportagem tentou contato com o presidente da FBJJJD, mas, até o fechamento desta edição, não obteve resposta. O espaço segue aberto para manifestações.